

PRATICANDO A CIDADE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA MEMÓRIA URBANA

PRACTICING THE CITY: HERITAGE EDUCATION OF URBAN MEMORY

*Muirakytan Kennedy de Macêdo*¹

Resumo: Este artigo se propõe a apresentar uma experimentação didática que parte da história urbana local, através de fontes historiográficas, para praticar o patrimônio cultural como uma realidade relacional, interconectada com as diversas temporalidades e espacialidades. Os resultados desta reflexão baseiam-se em pesquisas sobre as referências culturais do estado do Rio Grande do Norte e do seu potencial como material didático. Neste sentido, delinea-se o recorte geográfico, a problemática, as fontes historiográficas e se demonstra o caminho metodológico da ação educativa.

Palavras-chaves: Educação patrimonial. Cidade. Memória urbana. Rio Grande do Norte.

Abstract: This article presents a teaching experiment based on the local urban history, through historiographical sources, to practice the cultural heritage like a relational reality, interconnected with various temporalities and spatialities. The results of this reflexion are based on surveys about the cultural references of the state of Rio Grande do Norte and its educacional potentiality. In this sense, picks up a geographical area, problematic and historiographical sources, and indicates the methodological educational action.

Keywords: Heritage Education. City. Urban memory. Rio Grande do Norte.

INTRODUÇÃO

Estranho este mundo. Há cidades que não precisaram possuir ruas como requisito para existirem. Há ainda aquelas que não surgiram do aumento populacional, mas do despovoamento. Por outro lado, aprendemos que as cidades são sinais de sedentarização da humanidade, de sua fixação em um lugar. No entanto, algumas

¹ Historiador, Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de História do CERES/UFRN e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

idades tornaram-se móveis, obrigadas que foram a sair de seu sítio original. Mais de uma cidade nasceu, rezam os mitos, de encantamentos e exorcismos. Muitas não nasceram de ambientes urbanos, mas foram construídas nas imediações de currais e plantações.

Estas são realidades aparentemente exóticas e distantes, mas muito vizinhas a nós. Por estarmos tão próximos, nos familiarizamos tanto com o que nos acompanha que deixamos de perceber os processos históricos que transformaram nossas cidades no que elas são hoje. Portanto, estudar a história das cidades é uma maneira de nos apropriarmos delas não só pelo conhecimento de sua experiência urbana, mas também pela maneira de ensinar a sua história. No presente artigo, partindo da experiência histórica do Rio Grande do Norte, propõe-se como estratégia de educação patrimonial, uma metodologia de prática da cidade, por meio do uso de fontes históricas.

DE NOSSA ALDEIA AO MUNDO

É preciso que entendamos que a história local não se resume à dimensão abreviada da cidade. Por menor que sejam, os objetos historiográficos (sujeito histórico, região, cidade, bairro etc.) não são autossuficientes. Ou seja, não bastam por si só para que compreendamos a sociedade e as transformações no mundo físico. Melhor: a história de nossa cidade não basta por si só para explicá-la. É necessário recorrer a outros contextos e relações. Afinal, as explicações históricas são relacionais, sempre dependem do entendimento que teremos do entrelaçar que ocorre entre várias escalas, entre a região e o país, entre o país e o mundo, entre o mundo e o indivíduo.

Sendo assim, é possível estudar nossa “aldeia” em conexão com a história regional, nacional e global. A vantagem de trabalharmos com o local é a “materialidade” que ganha o objeto de estudo. Isto é especialmente valioso quando nos damos conta de que a história que ensinamos, geralmente, nos parece distante tanto geográfica quanto temporalmente.

CIDADES NO RIO GRANDE DO NORTE: INDÍCIOS HISTÓRICOS

Os processos de formação das cidades se devem a razões diversas: militares, econômicas, religiosas, geográficas, políticas etc. No Rio Grande do Norte, podemos visualizar a partir da história urbana alguns desdobramentos que tiveram seu início em tempos muito recuados e com motivações variadas.

Genericamente, podemos observar que as cidades que começaram a se estruturar no período colonial tinham, para além da função econômica, praticamente três matrizes de organização: defesa territorial, reagrupamento de populações fragmentadas e ordenamento sociorreligioso. (CASCUDO, 1984; MONTEIRO, 2007).

No início do texto provocou-se o leitor com uma cidade que nasceu sem ruas. Trata-se de Natal ou, conforme o seu primeiro nome, Cidade dos Reis. Não era comum a denominação de “Cidade” para aglomerações populacionais tão pequenas ou tão dispersas, como era o caso da localidade onde foi criada Natal. Mas o fato é que a Cidade de Natal foi criada com esta distinção. O seu surgimento muito se deve à necessidade de organização da defesa da Capitania do Rio Grande do Norte. (FONSECA, 2011).

Como a Capitania encontrava-se ocupada por índios potiguares no litoral e por diversas outras etnias no interior, além de comerciantes e piratas franceses contrários a Portugal, o reino lusitano temia perder as terras dessa porção. Daí a ação de expulsar os franceses e subordinar os índios. Uma vez atingida a meta, deu-se início à construção da Fortaleza da Barra do Rio Grande (mais tarde, Forte dos Reis Magos) e, diante de tal construção militar, viu-se a urgência de criação da cidade em 25 de dezembro de 1599. Portanto, antes de ter uma motivação urbana, Natal é o exemplo de um logradouro militar que recebeu a denominação de “Cidade”.

Ora, a ocupação colonial demandava a produção de alimentos (sal, gado, peixe, mandioca etc.) que necessitavam ser explorados em território já ocupado pelos indígenas. Como as relações entre os agentes coloniais e os nativos nem sempre eram amistosas, as consequências foram: sujeição, o domínio através da catequização ou das armas. Para que ocorresse a exploração colonial, tornaram-se forçosas tanto as guerras contra os índios quanto o trabalho missionário de ordens religiosas católicas.

E aqui temos uma primeira dinâmica histórica que desencadeou a formação de vilas, sementes urbanas a iniciarem-se do reagrupamento de populações indígenas fragmentadas pelas batalhas ou pela ação missionária. Guerras que despovoaram os sertões ao matarem e deslocarem as populações de índios, e missões que desestruturaram a vida comunitária tradicional indígena. Para compreendermos esse processo, partamos de algumas noções.

Esses povos indígenas poderiam ter sido reduzidos pela guerra ou conduzidos pelos religiosos a uma forma de convivência social chamada de “Missão”. Nesse tipo de comunidade, passava-se daquela forma de organização indígena, a aldeia nativa, para uma nova configuração socioespacial.

Não demorou muito para que o domínio dos religiosos fosse questionado. Afinal, o império português tinha, em tese, um centro: a monarquia. Tal fato ficou mais

evidente quando o Marquês de Pombal assumiu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal, ele diminuiu o governo dos religiosos católicos na administração das populações coloniais. O programa de secularização, ou seja, de sujeição de todos os aspectos da colônia às leis civis, ficou consubstanciado na expulsão dos jesuítas e no novo reordenamento das populações indígenas. Pombal determinou a transformação das Missões indígenas em vilas. Ou seja, fez sair a figura do padre como autoridade principal dessas comunidades indígenas e criou o Diretor de Índios, funcionário civil que administrava as antigas missões. Na Capitania do Rio Grande, dessas comunidades religiosas que se transformaram em vilas, temos São José de Mipibu, Vila Flor, Extremoz, Arês, Portalagre e Apodi (MONTEIRO, 2007; LOPES, 2005).

A vila foi um dos estágios mais maduros da organização populacional em um território sob as ordens do poder civil. Afinal, quem comandava o governo local desses esboços de espaços urbanos era uma instituição chamada de Senado da Câmara. Um colegiado formado por vereadores escolhidos entre os homens livres e proprietários de terras. Portanto, a vila se refere ao território da sede do município. Decorre daí o fato de que um dos primeiros prédios públicos construídos na vila era a Casa de Câmara e Cadeia, com dois pavimentos: no andar de cima, ficava o Senado da Câmara e, no de baixo, o cárcere. Ainda hoje podemos visitar prédios como estes em Caicó (foto a seguir), Vila Flor e Acari, por exemplo (TEIXEIRA, 2009).

Figura 1: Casa de Cadeia e Câmara da Vila do Príncipe (Caicó), atual Museu do Seridó.



Fonte: Acervo do auto, 2006.

No interior do Rio Grande do Norte, a maior parte das vilas se formou em razão da expansão das fazendas de gado que, permitindo a multiplicação das famílias, adensou os habitantes em pequenos núcleos populacionais. Alguns quando ainda não tinham status de vila poderiam se chamar arruado, arraial e povoação. Assim, muitas

povoações cresceram à sombra das atividades do pastoreio, memória presente até hoje nos nomes de cidades. Neste sentido, a toponímia (análise etimológica e/ou histórica dos nomes dos lugares) pode ser, por si, uma rica fonte para o estudo das cidades, dando conta dos agentes históricos, imaginário social, interesses políticos etc., que participaram da criação do sítio urbano.

No império português, o poder político e religioso estava nas mãos do monarca. Assim, não raro a criação de vila, instância da administração da vida civil, achava-se atrelada à assistência religiosa (casamentos, batismos, missas etc.), às devoções católicas e à necessidade de ligação com o outro mundo. Não era estranho, portanto, que as vilas surgissem já identificadas com a construção da igreja padroeira do lugar.

Algumas cidades surgiram para dar conta dessa carência espiritual. Mas, de qualquer modo, cidades como Caicó, Mossoró e Natal se formaram sendo sedes de freguesias: território religioso, mas também de gerenciamento populacional. Ou seja, seus limites equivaliam ao mesmo território das paróquias. Na primeira, Sant'Ana, na segunda, Santa Luzia e, na terceira, Nossa Senhora da Apresentação. Para controlar a população os registros de casamento, nascimento e óbito, até a Proclamação da República, eram feitos somente na igreja. Decorre também daí a importância que os párocos tinham naquela época: eram pastores espirituais e faziam as vezes de funcionários do rei a anotar dados da população. Deste modo, depreende-se o quanto os arquivos paroquiais são valiosos para estudarmos a história demográfica.

Grande parte da vida urbana do Rio Grande do Norte deveu-se à economia agrícola (açúcar e algodão, para exportação e outros vegetais para consumo familiar) e pecuária, assim como ao imperativo das populações serem postas sob as ordens do Rei, da Lei e da Fé. O poder da lei e do rei era corporificado no pelourinho, coluna de pedra ou de madeira colocada em praça ou lugar central e público, onde eram exibidos e castigados os criminosos e escravos. O poder dessas instâncias também se evidenciava através da Casa da Câmara e Cadeia. Já a religião era materializada no prédio da Igreja. (MACÊDO, 2012, p. 71).

Outras vilas surgiram daquelas primeiras e de seus imensos territórios. Até o século XIX, as vilas tinham principalmente as funções de administração civil e religiosa. A produção econômica nos vilarejos era pouco desenvolvida, uma vez que se dava majoritariamente no campo por meio da agricultura e da criação de gado. Somente no século XX as vilas começaram a ser o locus principal da produção e circulação das mercadorias.

Retornemos um pouco. No século XIX, as províncias do Norte experimentaram pela primeira vez a exportação do algodão. Os Estados Unidos não podendo se dedicar

a vender algodão para a Inglaterra, devido à Guerra de Independência (1775-1783) e depois à Guerra da Secessão (1861-1865), obrigaram os ingleses, em pleno processo da Revolução Industrial, a procurar em outras regiões (Brasil, Índia e Egito), mercados fornecedores da matéria-prima têxtil (TAKEYA, 1985, p.30).

Somente no século XX as consequências dessas atividades cotonicultoras ficaram impressas de forma nítida no corpo de algumas cidades. No século passado, muitas cidades, além de exportar o algodão bruto, passaram a beneficiar os capuchos de algodão. Primeiro, descaroçando-o para extrair do grão óleo comestível e do bagaço restante, a “pasta” para o gado. Segundo, enfardando as plumas para a venda no mercado interno brasileiro. Essas atividades eram realizadas em usinas, ou “algodoeiras”. Algumas das cidades do Sertão ainda possuem ruínas das construções fabris que serviram ao processamento do algodão. Resquícios de uma maquinofatura que não deu sequência, em muitos casos, ao processo de industrialização. (FELIPE; CARVALHO, 2002, p. 52).

Até a década de 1970, as cidades do Rio Grande do Norte não eram os principais abrigos da população. A partir daí é que o RN passa a ter uma população majoritariamente residente nas cidades. O centro de gravidade da vida social, pela primeira vez, passou a ser o ambiente urbano: atravessado por várias temporalidades, afinal, há nele o antigo e o contemporâneo; por várias etnias, afinal, há sangue negro, índio e branco em nossas veias; e por vários agentes da história, afinal, todos, independente de serem ricos ou pobres, homens ou mulheres, participaram e participam da construção desse artefato que é a cidade.

FONTES PARA A HISTÓRIA DAS CIDADES

Na perspectiva que se adota aqui, enfatiza as cidades norte-riograndense em seus processos históricos, de maneira que possamos ter um lastro historiográfico de onde devamos partir para a experimentação didática. Vejamos algumas possíveis abordagens a partir das fontes documentais que podem ser utilizadas nessa tarefa.

Na pesquisa das fontes escritas, devemos estar sempre alertas para a diversidade de registros escritos e impressos. Podem entrar nessa categoria: livros, diários, cartas, narrativas de viajantes, jornais, revistas e folhetos, catálogos comerciais e outros que informam, em várias épocas, sobre os elementos que pesquisamos. Lembramos que dados colhidos na internet podem ser fontes de importantes informações, no entanto, é lógico e evidente que devemos nos certificar sobre a confiabilidade do site que acessamos.

Nas entrevistas, devemos escolher os informantes que podem discorrer mais detidamente sobre o assunto pesquisado, por terem mais facilidade de expressão e por terem mais domínio sobre o tema. Geralmente são muito significativas as narrativas dos cidadãos idosos e/ou dos usuários e frequentadores antigos dos logradouros ou bem histórico que intentamos investigar. Os depoimentos não devem ser tomados como uma verdade em si, uma vez que devem ser comparados com outros documentos. No entanto, muitas vezes são as únicas fontes para a descrição de determinados bens culturais.

Com relação às fontes audiovisuais, devemos recolher tanto imagens fotográficas como imagens em movimento (cinema, vídeos etc.), assim como coletarmos, na íntegra, músicas, orações e poemas orais que se remetam ao tópico que estamos investigando. Lembrando que os documentos sempre são escolhas do pesquisador, decisões baseadas em seu objeto de estudo, na teoria e metodologia que ele adota e na disponibilidade de tais fontes. Aqui sugerimos apenas a ponta do iceberg para alimentar o trajeto da pesquisa e criação de material didático.

Então, o que pesquisar para conhecermos nossa cidade? Aqui vai uma sugestão baseada em experiência de educação patrimonial que realizamos em Caicó. Vamos aos tópicos patrimoniais que podemos elencar para estruturarmos a pesquisa.

NARRATIVAS DE ORIGEM

Se há uma memória muito celebrada pelos cidadãos é o da origem das localidades. Não raro essa memória tem como suporte a narrativa oral que foi construída, não sem tensões, ao longo dos séculos. É a origem mítica. Tomado incorretamente como lenda enganosa, o mito trata de crenças e valores que são comuns a uma coletividade e geralmente narra a origem e lugar desse grupo social no mundo. A narrativa mítica da origem de Caicó, cidade do interior do Rio Grande do Norte, pode exemplificar isso:

Quando o sertão era virgem, a tribo dos Caicós, célebre pela sua ferocidade, julgava-se invencível, porque Tupan vivia ali, encarnado num touro bravo que habitava um intrincado mufumbal, existente no local onde está, hoje, situada a cidade do Caicó. Destroçada a tribo, permaneceu intacto o misterioso mufumbal, morada de um Deus, mesmo selvagem. Certo dia, um vaqueiro inexperto, penetrando no mufumbal, viu-se, de repente, atacado pelo touro sagrado, que iria, indubitavelmente, matá-lo. Rapidamente inspirado, o vaqueiro fez o voto a N. S. Sant'Ana de construir ali uma capela, se o livrasse de tamanho perigo. Como por encanto, o touro desapareceu. O vaqueiro destruiu a mata e iniciou, logo, a construção da capela. (DANTAS, 1941, p.97).

O relato anterior foi retirado do livro que primeiro registrou esse mito na forma impressa. No entanto, as fontes de narrativas como essas se encontram dispersas nas pessoas da comunidade. Basta recolhê-las através de entrevistas orientadas por roteiro apropriado e registrarmos as versões dadas para a origem da cidade.

Para este tópico, além dos depoimentos orais, podemos dispor ainda de documentos escritos e impressos. É possível encontrar dados sobre a formação inicial do sítio urbano em documentos de procedência eclesiástica e civil. Citemos alguns:

a) Livro de Tombo da paróquia – É um (ou mais de um) volume encadernado, no qual foram registrados os atos, acontecimentos e procedimentos administrativos de relevância paroquial. Os registros são anotados cronologicamente, dando conta da vida da comunidade paroquial. Nele podem estar registradas as doações de terra à igreja, muitas vezes o núcleo inicial das cidades. Exemplo das notas escritas no Livro de Tombo: Decreto de criação da paróquia; Visitas pastorais dos bispos; Serviços pastorais; Organismos e movimentos da paróquia.

b) Coleções de leis municipais – Conjunto de documentos que reúne os decretos produzidos pelo Poder Executivo municipal. Dão conta, por exemplo, da emancipação municipal ou da mudança de nome do município. Podem ser encontrados no Arquivo Público Municipal, disponibilizados na internet ou em livros sobre a história local. São documentos que versam sobre assuntos de natureza econômica, fiscal, social, territorial e de segurança.

PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL: TRABALHO E ECONOMIA

Grande parte de nossa vida é definida pelo trabalho, pela produção e consumo. As cidades são os cenários privilegiados para tais atividades, pois podem ser tanto locus produtor de tais bens quanto mercado para eles. Nem sempre as atividades fundadoras da sociedade local permanecem sendo as mais importantes e, quando

persistem, não quer dizer que sejam praticadas como antes. Nesse domínio, é importante percebermos as permanências e mudanças do trabalho, seja ele artesanal ou industrial, e das práticas econômicas locais. Alguns documentos podem servir para entendermos essas transformações:

a) Inventário – É o documento judicial que realiza o arrolamento, a listagem dos bens, valores, dívidas e estabelece a partilha, a divisão dos bens entre os herdeiros. A lista do patrimônio pode muito bem servir para entendermos os hábitos econômicos e a cultura material familiar. Os inventários estão arquivados em cartórios ou arquivos públicos.

b) Cartas de sesmarias – Documentos coloniais de registros de terras que indicam a localização da propriedade, descrevem dados pessoais dos sesmeiros (os proprietários de terras), revelam a dimensão das terras e declaram quais atividades se realizavam nos solos agrários: criação de gado ou lavouras, por exemplo. Essas cartas são documentos muito importantes para entendermos a posse colonial das terras originais de qualquer localidade.

c) Referências culturais: saberes e fazeres – Através de entrevistas pode-se fazer o levantamento dos saberes e fazeres tradicionais, ou seja, o levantamento dos “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”. (Decreto nº 3.551/2000). Especialmente significativas são as práticas artesanais, por exemplo: os modos de confecção da alimentação (culinária regional), das roupas e dos enxovais (rendas, bordados, confecções etc.), dos instrumentos de trabalho (cestarias, peças de couro etc.), dos adornos (colares, pulseiras, chapéus etc.) e outras atividades importantes para a economia local ou para a identidade comunitária. Além das entrevistas, podem ser utilizados como fontes os estudos técnicos realizados pelos órgãos governamentais de planejamento. São significativas fontes de pesquisa os relatórios do Governo do Estado e do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que tratam especificamente da produção artesanal.

PRODUÇÃO DA CULTURA

Para o universo cultural, muito rico em expressões, escolhemos um recorte. Neste tópico, damos ênfase aos ritos coletivos ou às práticas culturais que reúnem a população da cidade. Dentre essas práticas poderíamos apontar aquelas em que há a participação dos cidadãos em comemorações profanas ou religiosas: semanas educacionais, festas da colheita, vaquejadas, festas cívicas, festas de padroeiro, romarias etc. Além da documentação já citada (Livro de Tombo, depoimentos orais e Decretos Municipais), devem ser considerados os seguintes documentos:

a) Folhetos publicitários de eventos – Produzidos como programa dos festejos, tais panfletos detalham os eventos religiosos e profanos. Vistos em perspectivas, ou seja, reunidos e analisados em séries, ano a ano, são excelentes fontes para percebermos as permanências e mudanças na estrutura programática das comemorações. Exemplo de folhetos: programas de festa de padroeira, propaganda de vaquejadas, roteiros de romaria.

b) Revistas/jornais comemorativos – Geralmente lançadas em períodos festivos, tais publicações tratam, além das efemérides, alguns aspectos identitários do município: personagens, fatos, lugares, artes etc. Tais documentos necessitam ser comparados a outros para que possamos trabalhar criticamente as informações produzidas ali. Um exemplo patente pode ser observado quando tais magazines publicam matérias sobre a “Sociedade”. Geralmente tratam de indivíduos dos estratos mais remediados do município ou região. Tal abordagem é muito significativa para que sejam pensados os grupos que não se acham representados nessa “sociedade”.

PRODUÇÃO DA VIDA ESPIRITUAL: RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE

Outra instância central da vida social urbana dá-se nas práticas religiosas. Referências à religiosidade podem ser encontradas a partir da explicação da origem de várias cidades, como vimos no início do artigo. Deve-se atentar para a diversidade de expressões religiosas existentes entre os habitantes: católicos, evangélicos, umbandistas, espíritas, budistas, muçulmanos etc. Complementando o tópico anterior, deve-se enfatizar, para efeito da atividade que propomos aqui, especialmente o patrimônio material dessas práticas: templos, igrejas ou lugares de romaria ou culto (montes, grutas, matas, rios etc.). Os documentos pelos quais teríamos acesso a tais construções e lugares são fornecidos pela memória social e podem ser coletados via depoimentos e Livro de Tombo, conforme visto anteriormente. Preste atenção também nas:

a) Atas de congregações religiosas – Livros nos quais são registradas as decisões e encaminhamentos tomados em reuniões dos membros congregados com o fim de construir ou administrarem seus templos. Nesses documentos são registrados dados técnicos sobre a construção: arquiteto, engenheiro, custos, dimensões, uso de espaços etc.

PRODUÇÃO DO GOVERNO CIVIL: GESTÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O poder, embora seja mais sutil que sua forma materialmente manifesta, se corporifica também em prédios, estátuas, nome de ruas e praças. Todas essas construções (prefeitura, escolas, hospitais, presídios etc.) têm um significado na ordem da política local. Tais equipamentos urbanos são muito bons para pensarmos a maneira como esteve ou está estruturado o poder local, mas, principalmente, sobre os significados dos valores democráticos, os direitos e deveres dos cidadãos e as políticas públicas (saúde, educação e segurança); assim como os vícios desse poder: corrupção, nepotismo e patrimonialismo. O acesso à história dessas instituições pode ser mediado por vários documentos, além daqueles citados anteriormente (memória oral, decretos-leis, fotografias):

a) Atas ou documentos de fundação/inauguração institucional – Livros ou documentos onde se registra a inauguração ou criação da instituição de gestão ou assistência pública (prefeitura, câmara dos vereadores, hospital etc.). Encontram-se geralmente no arquivo dessas instituições.

b) Estatutos – Documento que regulamenta o conjunto de regras de organização, gestão, funcionamento de uma instituição, órgão, estabelecimento, empresa pública ou privada.

c) Fotografias – As imagens dos prédios e lugares são especialmente preciosas para que seja demonstrada a transformação dos espaços. Também podem ser pesquisadas das mais antigas até as representações fotográficas atuais, observando-se as modificações de uso, circulação e demais características arquitetônicas.

METODOLOGIA DA AÇÃO EDUCATIVA

Podemos agora experimentar a nossa cidade passeando por ela (CERTEAU, 1994) e visitando os seus *lugares de memória* (NORA, 1993) em uma atividade de pesquisa e ensino-aprendizagem. A ideia é que construamos um roteiro de visitação a partir do patrimônio material e imaterial da cidade. Portanto, um exercício de educação patrimonial. O conceito de lugares de memória foi elaborado pelo historiador francês Pierre Nora, para significar “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7): monumentos, praças, prédios, arquivos, cemitérios, hinos etc. Esses lugares podem ter uma palpabilidade, ou seja, são coisas que se pode tocar ou simplesmente criações imateriais humanas que buscam fixar a memória de um grupo de pessoas, de uma comunidade e até de uma nação em logradouros, fórmulas discursivas (orações, ditados, hinos etc.), emblemas, comemorações, canções, narrativas míticas, festas etc.

Com esse conceito, nos aproximamos de outro muito praticado no âmbito da proteção dos bens culturais de uma coletividade. No Brasil, conforme o Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil estamos nos referindo ao patrimônio cultural brasileiro, ou seja, todo o acervo de referências culturais do seu povo, com suporte em sua materialidade e imaterialidade (BRASIL, 1988).

Os bens culturais podem também ser consagrados ou não consagrados. Entendemos os primeiros como aqueles que foram reconhecidos pela sociedade e protegidos por legislações (leis e decretos) e os segundos como aqueles que fazem parte de nosso dia a dia, da nossa realidade social, revelando os múltiplos aspectos que a cultura viva de uma comunidade pode apresentar. Por sua vez, o patrimônio cultural pode ser dividido em:

a) Patrimônio material: cidades, edificações, documentos, objetos, espaços onde se dão manifestações artístico-culturais, complexos urbanos e demais logradouros de referência histórica, paisagística, artística, arqueológica, paleontológica, ecológica e científica;

b) Patrimônio imaterial: neste âmbito, estariam todas as criações humanas que não teriam necessariamente uma base física, ou pelo menos ela não seria o princípio definidor. Nessa dimensão, estariam as formas de expressão (canções, danças, teatro etc.) de uma coletividade, suas maneiras de fazer determinados processos (culinária, artesanato etc.), de viver, de agir (celebrações etc.), de formular seu conhecimento através do pensamento, dos costumes e das instruções.

Nesse sentido, se pensamos em utilizar os bens culturais urbanos como forma de praticarmos nossa memória e história, é necessário que sigamos uma metodologia apropriada. Por isso, escolhemos a educação patrimonial. Vejamos as etapas dessa metodologia. No quadro a seguir, estão detalhadas as atividades dessa metodologia para os alunos das escolas de ensino fundamental e médio. (GRUNBERG, 2007, p. 06):

a) Observação: nessa etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, (...) etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.

b) Registro: com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.

c) Exploração: análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em vários lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito.

d) Apropriação: recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando, assim, o bem trabalhado.

PRATICANDO A CIDADE EM UMA AÇÃO EDUCATIVA

Nossa proposta é trabalharmos a cidade e sua diversidade sociotemporal, através das fontes documentais da maneira como anteriormente sugerimos. Objetivamente, propomos a montagem de um roteiro de viagem de estudo pela cidade mediando esta prática com as estações da metodologia acima exposta (observação, registro, exploração e apropriação).

Iniciaremos a experimentação didática imaginando o seguinte: temos que levar uma turma de alunos para conhecer a história da cidade através dos seus bens culturais, especialmente através da visita aos prédios, ruas e praças. O desafio é ter informações de qualidade para conhecer a história local e fazer as conexões possíveis com a história nacional e global. Estabeleçamos então um plano para nossas ações:

1. Façamos um inventário, uma lista de lugares de memória sem os quais nós não conseguiríamos conhecer a cidade pesquisada. Pensemos primeiro nos espaços e bens arquitetônicos, associando cada um da lista àquelas categorias do tópicos patrimoniais:

Narrativas de origem	Exemplo: mito, igreja, rio, salina, mina...
Produção da vida material: trabalho e economia	Exemplo: curral, fábrica, mercado público, oficina...
Produção da cultura	Exemplo: festa de padroeira, autos teatrais, vaquejadas, bandas de música...
Produção da vida espiritual	Exemplo: igreja, templo, local de romaria...
Produção do governo civil: gestão pública e assistência social	Exemplo: prefeitura, hospital, delegacia, escola...

Agora, reordenemos essa lista segundo sua temporalidade social, de maneira que possamos enfileirar esses lugares de memória em uma linha de tempo.

2. A seguir, é necessário explorar cada um dos elementos de nossa lista. Começamos pelo mais antigo. Pode ser o ponto onde, segundo a memória local, tenha “começado” a cidade: fazenda, rio, serra, igreja etc. E aqui é interessante que exploremos todos os tipos de fontes documentais disponíveis para o bem cultural que queremos estudar.
3. Depois é preciso que seja produzida uma narrativa escrita breve sobre a história e a descrição física de cada um dos itens listados. De maneira que sejam citados, quando existirem na descrição de cada bem cultural, os seguintes documentos: um documento escrito (cópia), três fotografias (diferentes épocas, diferentes ângulos) e um depoimento oral.
4. Por fim, é necessário fazer uma ligação de cada um dos itens descritos com algum período da história do Brasil ou global, quando possível, relacionando esse item a algum conteúdo escolar. Exemplo: voltamos ao Mito da Origem de Caicó e vejamos que ali estão presentes os elementos da ocupação colonial dos sertões nordestinos: primeiras fazendas de gado, religiosidade e guerra aos índios.

Com esta prática temos um roteiro pormenorizado do patrimônio cultural urbano, pelo menos aquele que o grupo de pesquisadores (professores e alunos) elegeu como importante, de maneira que o grupo pode, ao visitar cada logradouro urbano, viajar e estudar a história local e universal, partindo da história da cidade. Os passos seguintes para a metodologia estão abertos para a experimentação e criatividade do grupo: maquetes, pinturas, desenhos, jogos, exposições etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta experimentação didática em Educação Patrimonial, adotamos como ponto de partida, o princípio da redução escalar instrumentalizado de maneira que a cidade não se enclausure nela mesma. A experiência comprovou que este recorte local foi uma rica estratégia de investigação, pois possibilitou que partindo do lugar, os participantes da ação educativa entendessem macroprocessos (estruturas e conjunturas nacionais e internacionais) e as várias temporalidades que permeiam as práticas humanas. Por outro lado, este enfoque permitiu que os sujeitos da pesquisa agenciassem materiais e fontes que podem ser encontrados próximos das áreas geográficas/históricas onde eles vivem como professores e pesquisadores. Tal metodologia permitiu a articulação de várias dimensões do patrimônio cultural, de forma a que os seus praticantes dialogassem com a experiência humana no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21 out. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **O Maquinista do Algodão e o Capital Comercial**. Natal, EDUFERN, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DANTAS, Manoel. **Homens de outrora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pogetti Editores, 1941.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de. **Economia Rio Grande do Norte: Estudo Geo-histórico e econômico: Ensino Médio**. João Pessoa: Editora Grafset, 2002.

FONSECA, Damasceno Cláudia. **Arraiais e Vilas D'el Rei – Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. Brasília, IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Museu Imperial, 1999.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII**. 2005. fls 700. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de (org.). **Caicó: Uma Viagem Pela Memória Seridoense**. Natal: SEBRAE / RN. 2003.

_____. **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**. Natal: EDUFRN, 2012.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de deus à cidade dos homens**. Natal: EDUFRN, 2009.